

Localização e redistribuição espacial das atividades econômicas entre as mesorregiões do Brasil: 1985 e 2010

Localization and spatial redistribution of economic activities among the mesoregions of Brazil: 1985 and 2010

Carolina Carvalho Garcia de Souza¹
Lucir Reinaldo Alves²
Moacir Piffer³

Resumo

A partir de 1970, o Brasil passa por grandes transformações na economia, dentre elas destaca-se o estilo fordista de produção e o modelo de acumulação flexível. Esse estilo capitalista de produção trouxe mudanças no padrão locacional das atividades econômicas, isto é, houve uma redistribuição das atividades entre as regiões do país, modificando a estrutura produtiva das mesorregiões brasileiras e gerando desigualdades entre elas. Neste sentido, o presente artigo analisou a localização e redistribuição espacial das atividades econômicas entre as mesorregiões do Brasil em 1985 e 2010. Para tanto, foram utilizados métodos de análise regional, constatando que há diferenças no padrão espacial de cada atividade. Além disso, os resultados do coeficiente de redistribuição indicaram que as atividades de extração mineral, agricultura, indústrias dinâmicas e indústrias tradicionais foram as que mais se redistribuíram espacialmente no período. A análise dos resultados permitiu concluir e demonstrar o caráter de dispersão das atividades estudadas no período analisado.

Palavras-chave: economia regional; métodos regionais; especialização; localização; redistribuição espacial.

Abstract

From the 1970s on, Brazil passes through the large economic transformations, among them, the highlights are the production Fordist style and flexible accumulation model. This production capitalist style brought changes in the locational pattern of economic activity, that is, there was a redistribution of activity between regions of the country, changing the Brazilian productive structure of mesoregions and generating inequalities between them. In this meaning, this paper analyzed the localization and spatial redistribution of economic activities among the mesoregions of Brazil in 1985 and 2010. Therefore, this study used regional analysis methods, noting that there are differences in the spatial pattern of each activity. In addition, the results of the redistribution coefficient indicated that the activities of mining, agriculture, industry

¹Economista e Mestranda em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/ Campus Toledo. Correio eletrônico: carol.carvalho5@hotmail.com

²Doutorando em Geografia no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil (UNIOESTE/Campus Toledo). Pesquisador do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC). Correio eletrônico: lucir_a@hotmail.com

³Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil. Professor titular da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, colegiado de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA). Membro do grupo de pesquisa GEPEC. Correio eletrônico: mopiffer@yahoo.com.br

dynamics and traditional industries were the most spatially redistributed in the period. The analysis of the results showed the dispersion character of the economic activities studied in the analyzed period.

Key-words: Localization, regional economy, regional methods, spatial redistribution, specialization.

JEL classification: R12

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, ocorreram mudanças significativas no Brasil, entre elas, destaca-se o estilo fordista de produção e o modelo de acumulação flexível. Esta nova forma flexível de produção baseava-se no surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1994).

Dessa forma, esse estilo capitalista de produção trouxe transformações que redefiniram o conceito e as bases das regiões, além do mais, modificaram a forma estrutural, funcional e de articulação dos territórios. Em outras palavras, houve uma redistribuição das atividades econômicas entre as regiões do país, modificando a estrutura produtiva das mesmas e gerando desigualdades entre as mesorregiões brasileiras.

Nesse sentido, é preciso considerar de que forma as especializações econômicas se distribuem e se integram entre as regiões. Vários autores (Von Thünen, Christaller, Weber e Lösch) defenderam a tese de que alguns fatores locacionais, como custo de transporte, local da fonte de matéria-prima, local do mercado consumidor, fornecimento de serviços, dentre outros fatores, tornam-se atrativos e influenciam muito na decisão de localização das firmas – indústrias –, acarretando à uma maior concentração dos lugares em torno do “centro” (CLEMENTE, 1987; CLEMENTE E HIGACHI, 2000; RICHARDSON, 1975).

Nesse contexto, o presente trabalho pretende, em primeira instância, mostrar essas desigualdades entre as estruturas produtivas das mesorregiões do Brasil, mostrando como as atividades econômicas se distribuem espacialmente no território brasileiro. Além do mais, considerando que, ao longo do tempo, algumas regiões se especializaram ou deixaram de ser especializadas em determinadas atividades, e que houve mudanças espaciais no perfil das atividades econômicas, também pretende-se analisar a redistribuição espacial dessas atividades nos anos de 1985 e 2010 e identificar quais delas se dispersaram ou concentraram neste período.

ECONOMIA REGIONAL: TEORIAS DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL

Para analisar como as atividades econômicas se integram e se comportam espacialmente, é preciso conhecer um pouco sobre as primeiras teorias da localização, a fim de buscar subsídios para uma melhor compreensão em torno dessa atual distribuição das atividades econômicas no território brasileiro.

Segundo estudos de economia regional, há três grandes teorias sobre crescimento regional e localização industrial, são elas: Teoria do Crescimento Regional, Teoria da Especialização Regional e Teoria da Localização Industrial.

Conforme a Teoria do Crescimento Regional, uma produção bem cotada no mercado inter-regional ou internacional faz emergir renda e demanda locais, proporcionando o surgimento da produção de produtos de consumo com baixo conteúdo tecnológico até bens finais de produção (CLEMENTE, 1987).

Ainda segundo Clemente (1987), a Teoria da Especialização Regional está centrada nas dotações relativas dos fatores de produção e nos fluxos inter-regionais. Dotação relativa é a proporção em que os fatores de produção estão disponíveis em determinada região. De acordo com esse conceito, todos os meios de produção teriam proporções fixas por espaço de tempo suficientemente grande para determinar a localização das atividades econômicas. Já a Teoria da Localização Industrial buscou no custo de transporte e na análise dos custos em geral a principal fonte de explicação para a localização da firma.

As primeiras teorias da localização frequentemente consideravam a localização que minimizava os custos de transporte como a localização ótima, ou seja, a localização que possibilita o lucro máximo para uma instalação produtiva é aquela em que os custos de transporte são minimizados (RICHARDSON, 1975).

A primeira importante análise econômica espacial foi a de Von Thünen (1783-1850), também conhecido como “pai das teorias da localização”. Suas ideias eram associadas a vários fatores: o custo de transporte, o custo de produção, a distância e o lucro. Assim, para cada produto, haverá uma distância limite, isto é, a partir desta distância a produção deixa de ser rentável, pois os custos com transportes se tornam caros a ponto de aumentarem o custo total da produção e, então, minimizar o lucro do produtor. Dessa forma, o produtor sempre escolherá a produção que irá maximizar o seu lucro. A escolha da localização de cada tipo de cultura será feita com o intuito da redução dos custos de transporte, que, por sua vez, são função da distância a ser percorrida.

Neste sentido, Von Thünen desenvolve sua teoria através de uma ferramenta que ficou conhecida como “Anéis de Von Thünen”, considerando um centro de mercado e uma região agrícola que o circunda. Referente à localização das culturas ao longe destes anéis, Clemente e Higachi (2000) explicam que as culturas nobres⁴ ocupam os anéis mais próximos, pois o custo de transporte destas culturas é relativamente alto, sendo necessária a localização delas próxima ao centro para serem competitivas; por outro lado, as culturas que se localizam nos anéis mais afastados do centro apresentam menor rendimento bruto por unidade de terra, competindo no mercado com base em seu baixo custo de transporte.

Dessa forma, os baixos custos de produção (principalmente o de transporte), atuam como um fator de competitividade entre as atividades, determinando, assim, a localização das mesmas. Em suma, em sua teoria, Thünen procurou explicar o padrão de distribuição das atividades agrícolas.

Outro autor que marca a história econômica espacial é Alfred Weber (1868-1958), sendo, por vezes, considerado o fundador do modelo de localização industrial. Este autor toma como ponto de partida a definição de que as empresas privadas são móveis, ou seja, podem se localizar em qualquer ponto do espaço. Porém, considerando os custos de produção, os locais não são todos iguais, existindo um local onde o custo é mínimo. Deste modo, a escolha da localização da

⁴ Culturas que apresentam maior lucro bruto de produção por unidade de terra ocupada.

indústria é aquela que opta pelo local ótimo, isto é, onde o lucro possa ser maximizado.

Em sua análise, Weber considera um mercado e duas fontes de matérias-primas, esquematizando, dessa forma, o conhecido triângulo locacional, no qual, o mercado de consumo se posicionará na localização de menor custo, levando em conta as distâncias e os respectivos pesos a serem transportados. Segundo Clemente (1987), o peso locacional é o peso total a ser transportado numa figura locacional por unidade do produto, e o coeficiente de mão de obra é a proporção do índice de custo de mão de obra em relação ao peso locacional.

Neste sentido, Weber (CLEMENTE, 1987) conclui que as indústrias com peso locacional elevado são atraídas para as fontes de matérias-primas, enquanto as com peso locacional baixo, para os centros de mercado. Também conclui que quanto maior o coeficiente de mão de obra mais fortemente a indústria será orientada pelo fator trabalho.

Coeficiente de Mão de obra (CM) elevado caracteriza a denominada indústria leve, para a qual as despesas de salários são superiores às despesas com transporte. Essa se orienta pelo fator mão de obra. CM baixo, ao contrário, caracteriza a indústria denominada pesada, que se orienta pelo fator transporte (CLEMENTE e HIGACHI, 2000).

Portanto, há duas fontes principais de atração do local de consumo: o custo de transportes e o custo de mão de obra, que explicam a escolha locacional inter-regional. Mas também existe outros fatores locacionais⁵, como os aglomerativos e desaglomerativos, estes são responsáveis pela concentração ou dispersão espacial das indústrias, caracterizando a escolha locacional intra-regional.

Um fator aglomerativo é uma vantagem que resulta da redução de custo que uma empresa de certa indústria auferir ao se localizar junto a outras empresas da mesma indústria; enquanto que um fator desaglomerativo representa economia de custo obtida pelo distanciamento em relação às empresas já estabelecidas, isto é, o barateamento da produção resultante da descentralização da produção (CLEMENTE, 1987; CLEMENTE; HIGACHI, 2000).

Deste modo, então, sempre que vantajoso, o empresário irá aproveitar as economias de aglomeração. Esta é mais uma das importantes contribuições de Weber que torna seu modelo muito, se não o mais representativo das teorias da localização de mínimo custo.

O próximo grande passo da economia espacial foi dado por Walter Christaller (1893-1969) e August Lösch (1906-1945). Walter Christaller, com sua teoria do lugar central, incluiu as atividades terciárias nas análises locacionais. Para ele, o crescimento de uma cidade ocorrerá se esta for especializada em vários tipos de serviços urbanos; deste modo, a demanda por estes serviços determinará o ritmo de crescimento dos lugares centrais.

As cidades e vilas crescem porque o desenvolvimento econômico e o aumento da renda levam a uma expansão mais do que proporcional na demanda de bens e serviços centrais e, portanto, da renda líquida recebida pelos habitantes das cidades empregadas em seu fornecimento. O alcance de fornecimento de determinado serviço depende de vários fatores, mas seu determinante principal é a distância econômica, isto é, a distância geográfica convertida em custos de frete e outros custos monetários relacionados com o transporte (RICHARDSON, 1975).

⁵ “Fator locacional, da forma como definido por Weber, representa economia de custo associada à localização” (CLEMENTE E HIGACHI, 2000, p.105).

Richardson (1975) reforça e contribui com a análise salientando que o desenvolvimento dos lugares centrais podem ser estimulados por várias forças: a alta densidade populacional; a elevação do nível de renda; o nível de desenvolvimento cultural e a estrutura social da região; e o grau de concorrência entre os estabelecimentos que fornecem bens e serviços centrais.

A hierarquia urbana se constitui com uma rede de interdependência entre os lugares centrais e o espaço ao seu redor, onde a tendência é a centralização. Para Benko (1999), a cidade é um lugar central, cujo papel é fornecer bens e serviços ao espaço que a rodeia. Segundo este autor, há uma hierarquia das cidades, sendo estas de populações urbanas, comerciais ou de bens e serviços. Benko explica que, nas cidades pequenas, encontram-se apenas os serviços mais simples, como alimentação, vestuário, etc., servindo apenas à população local. Já, nas cidades grandes, encontram-se bens e serviços mais sofisticados, por exemplo: ensino superior, cultura e lazer, etc., constituindo-se em uma ampla zona de influência.

Esses produtos fornecidos pelas cidades grandes são também chamados de produtos de elevada centralidade, pois, encontram-se apenas em alguns lugares, já aqueles produtos de menor centralidade são encontrados com mais facilidade, ou seja, em mais lugares.

Em virtude de os produtos de elevada centralidade serem mais difíceis de se encontrar, eles são buscados a longas distâncias, enquanto que os de baixa centralidade são produtos que se encontram sem se deslocar para longe. Então, faz-se a seguinte relação: quanto maior for a centralidade do produto, maior será a área de mercado atingida pelo mesmo.

O grau de centralidade do produto (bem ou serviço) é determinado por dois fatores principais: o custo de acesso ao produto e as economias de escala. O primeiro fator é relacionado ao lado da demanda e o segundo pelo lado da oferta. Porém, a centralidade de um produto pode também ser indicada por sua raridade, ou seja, produtos encontrados apenas em alguns lugares de maior expressividade (lugares centrais) são de centralidade superior (CLEMENTE; HIGACHI, 2000).

Sendo assim, um lugar central, isto é, de maior centralidade, oferece todo o conjunto de produtos oferecidos pelos lugares de centralidade menor e mais alguns ou vários produtos que não se encontram disponíveis nesses lugares.

August Lösch, por sua vez, parte do princípio de que a localização da firma será aquela onde o lucro é máximo, diferentemente dos autores anteriores que se dedicavam a localização de custo mínimo. Para defender seu ponto de vista, Lösch considera e analisa duas forças locais: os custos de produção e a receita das vendas. Outro ponto em que Lösch se diferencia de seus antecessores é que ele estabelece uma ligação da teoria da localização com a do equilíbrio econômico espacial.

Segundo a teoria do equilíbrio geral de Lösch, o equilíbrio é o resultante líquido de duas tendências: em primeiro lugar, os produtores pretendem maximizar os lucros individuais e os consumidores tentam entrar no mercado de preços mais baratos; em segundo lugar, a luta competitiva entre produtores, quando as firmas de um mesmo ramo industrial se multiplicam o suficiente para competir espacialmente, no final de contas elimina os lucros extraordinários. Quando todos os lucros extraordinários desaparecem, o equilíbrio é atingido, a luta por espaço acaba e as localizações são determinadas (RICHARDSON, 1975).

Lösch, então, acredita que a decisão locacional da firma será feita de tal forma que o produtor possa obter o maior lucro possível ou, no caso do consumidor, o mercado mais barato. Assim, a escolha da localização influencia e é influenciada

pelos competidores. Também é importante ressaltar aqui que, para Lösch, essa escolha depende das características pessoais de cada empresário.

Lösch também menciona as regiões econômicas que, para ele, são áreas de mercado, cuja natureza é determinada pelo número de compradores e vendedores de um mesmo produto e como estes se distribuem nesse espaço. Ele ainda cita duas forças que são fundamentais para a determinação da natureza das regiões econômicas: o custo de transporte que adicionado ao preço final do produto acaba estabelecendo o volume total de vendas; e as economias de escala que ditam diretamente quão baixo pode ser o preço do produto final (CLEMENTE, 1987).

Ainda, em sua teoria, Lösch acredita que a aglomeração ocorre em locais que possuem condições favoráveis, como vias de transporte, fontes de matérias-primas industriais e/ou proximidade ao consumidor. Portanto, essas condições, aliadas aos riscos advindos da falta de informações sobre outras localidades fortalecem a localização da população e das atividades econômicas nos centros urbanos já existentes, causando intensa concentração nos mesmos. Além disso, a tendência é ocorrer uma migração de trabalhadores das regiões menos favorecidas, onde o poder de compra é diminuído, para as regiões onde o poder de compra é maior.

Por último, o autor também observa que a localização da indústria de bens de consumo é certamente orientada para o próprio mercado consumidor. Enquanto as demais indústrias (tradicional, pesada ou básica), caso não estejam fortemente ligadas às fontes de matérias-primas, tendem a acompanhá-la.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento desse estudo será utilizado como método de procedimento uma pesquisa analítica. Segundo Thomas e Nelson (2002) uma pesquisa analítica consiste no estudo e na avaliação profunda da informação disponível, em uma tentativa de explicar fenômenos complexos, através principalmente de revisão de literatura, avaliando criticamente pesquisas recentes sobre o tema, e de uma pesquisa histórica, enfocando a descrição, registro, análise e interpretação de fatos.

Para complementar essa concepção, Martins (1994) acrescenta que a pesquisa analítica se utiliza de técnicas de coleta de dados, tratamento e análise de dados preocupando-se em caracterizar determinado fenômeno, objetivando estabelecer relações entre variáveis e fatos.

Sistematização dos dados de análise

Será feita a coleta de dados estatísticos secundários da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), referentes aos anos de 1985 e 2010. A variável a ser utilizada na análise será o número de empregados formais distribuídos por ramos de atividades referentes às mesorregiões do Brasil. As mesorregiões brasileiras, ao todo, são 137, que serão analisadas respeitando os limites territoriais das cinco grandes regiões do Brasil.

As atividades econômicas que serão analisadas são agrupadas e divididas em três setores para facilitar o estudo e o manuseio dos dados. O Quadro 2 a seguir traz essa esquematização das atividades:

Quadro 2 – Divisão e agrupamento das atividades econômicas em setores

Grande Setor	Setor	Sub-Setores
Setor primário	Agricultura	Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal.
Setor secundário	Extração Mineral	Indústria metalúrgica; Indústria mecânica; Indústria do material elétrico e de comunicações; Indústria do material de transporte; Indústria de produtos minerais não metálicos; Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria.
	Construção civil*	
	Serviço Industrial de Utilidade Pública (SIUP)	
	Indústrias dinâmicas	
Setor secundário	Indústrias Não-Tradicionais	Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica; Indústria da borracha, fumo, couros, peles e produtos similares.
	Indústrias Tradicionais	Indústria da madeira e do mobiliário; Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos; Indústria de calçados; Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico.
	Comércio	Comércio atacadista; comércio varejista.
Setor terciário	Transporte e Comunicação	Instituições de crédito, seguros e capitalização; Com. e administração de imóveis e valores mobiliários; Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação; Serviços médicos, odontológicos e veterinários; Ensino.
	Administração Pública	
	Prestação de Serviços	

Fonte: Formulado pelos autores (2012)

* O setor da construção civil, apesar de incorporar atividades de prestação de serviços, será considerado, neste trabalho, como pertencente ao setor secundário.

Além dessa sistematização de dados, será utilizada pesquisa bibliográfica sobre o tema proposto afim de melhor explicar os possíveis resultados. Após o cálculo das medidas de localização e especialização que serão expostas na próxima seção, esses resultados serão apresentados na forma de mapas, permitindo a visualização da localização dos ramos de atividade entre as mesorregiões no território brasileiro, assim como a identificação das mesorregiões mais ou menos dinâmicas, possibilitando apontar a reestruturação das mesorregiões no período de análise.

Medidas de localização e especialização

O *Quociente Locacional* (QL) é uma medida de natureza descritiva, que permite caracterizar as várias atividades e as diferentes regiões em análise, do ponto de vista do seu nível de especialização/diversificação das suas estruturas produtivas (DELGADO; GODINHO, 2002).

O QL possui uma natureza setorial, pois se preocupa com a localização da

variável base (número de empregados) entre as mesorregiões, procurando identificar padrões de especialização ou diversificação num determinado período. O cálculo do QL é expresso na equação (01):

$$QL = (E_{ij} / \sum_i E_{ij}) / (\sum_j E_{ij} / \sum_i \sum_j E_{ij}) \quad (01)$$

Em que: E_{ij} = Número de empregados do setor i na mesorregião j ; $\sum_i E_{ij}$ = Número de empregados do setor i do Brasil; $\sum_j E_{ij}$ = Número de empregados total da mesorregião j ; $\sum_i \sum_j E_{ij}$ = Número de empregados total do Brasil.

Nesse caso, o QL compara a participação percentual do número de empregados de uma mesorregião j com a participação percentual do Brasil. A importância da mesorregião j no contexto regional, em relação a variável x estudada, é demonstrada quando o QL assume valores acima de 1. Nesse caso (quando o QL for maior ou igual a 1), indica a representatividade da variável x em uma mesorregião j específica, ou seja, indica que esse setor é especializado nessa região. O contrário ocorre quando o QL for menor que 1 (ALVES; FERRERA DE LIMA; SOUZA, 2010).

Assim, a partir da análise do QL, poder-se-á visualizar a especialização em cada uma das mesorregiões no período estudado e sua localização espacial.

O *Coefficiente de Redistribuição* (CR) será utilizado para demonstrar aquelas atividades que mais se concentraram ou que mais se dispersaram no território brasileiro no período de 1985 a 2010. O valor desse coeficiente também oscila entre 0 e 1, sendo que se o coeficiente for próximo a 1 no período de análise terão ocorrido mudanças no padrão espacial de localização do setor; se for próximo a 0, terá ocorrido o contrário. A equação (02) expressa o cálculo do CR:

$$CR = \frac{\sum_j \left(\left| j^{t1} - j^{t0} \right| \right)}{2} \quad (02)$$

Sendo que: \sum_j = Somatório das mesorregiões para o setor i ; j^{ei} = Distribuição percentual do emprego do setor i entre as mesorregiões no ano inicial (t_0) e ano final (t_1).

Assim, esse coeficiente mostrará a concentração ou dispersão das atividades que mais mudaram seu padrão locacional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

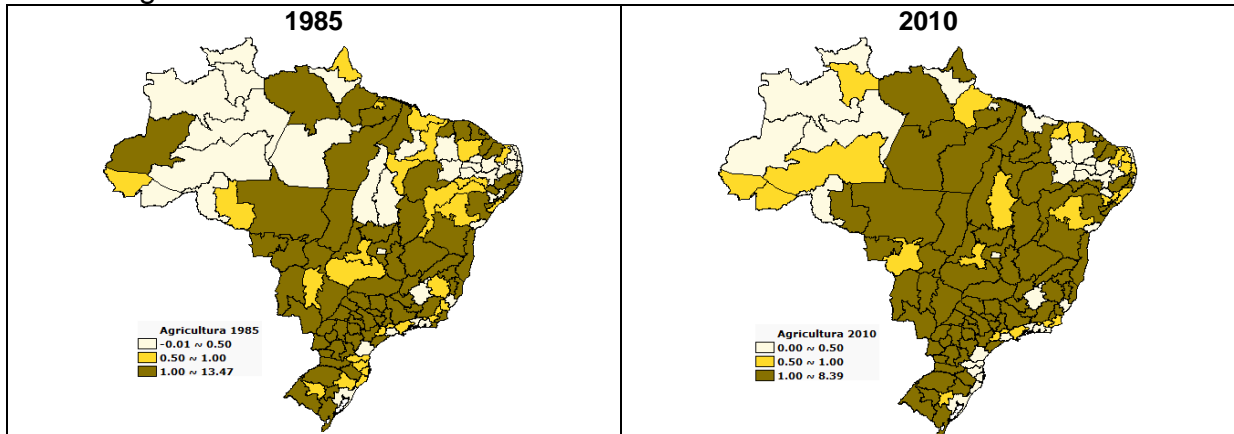
Esta seção tem por finalidade apresentar os resultados encontrados através dos métodos de análise regional – Quociente Locacional e Coeficiente de Redistribuição, e algumas discussões.

Distribuição espacial das atividades econômicas entre as mesorregiões do Brasil

A evolução do Quociente Locacional (QL) do setor primário da economia é apresentada na Figura 1. Nota-se que nos dois anos de análise, o QL da agricultura apresentou localização bastante expressiva para grande parte das mesorregiões brasileiras. Tanto no ano inicial como no final, a localização das mesorregiões especializadas no setor primário era no Sul, Sudeste, Centro-Oeste, seguida do Nordeste, com exceção apenas da região Norte. Ao longo dos anos, houve poucas mudanças no perfil locacional desta atividade entre as mesorregiões.

Assim, a Figura 1 demonstra que o Brasil como um todo ainda possui, na maioria de suas mesorregiões, uma economia com o setor primário bem significativo.

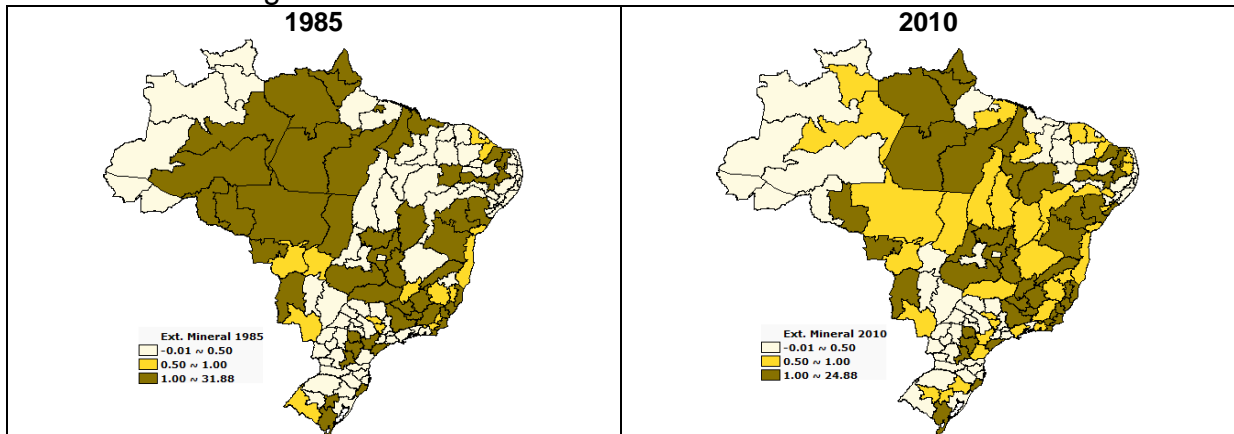
Figura 1: O Perfil do Quociente Locacional da Agricultura – setor primário, entre as mesorregiões do Brasil – 1985/2010



Fonte: Resultados da pesquisa

A Figura 2, referente a extração mineral, pertencente ao setor secundário, mostra que esta atividade perde representatividade em nível de Brasil se comparado o ano inicial com o ano final. Em 1985, a região Norte é a que mais se destaca na atividade de extração mineral; porém esta região perde importância em 2010, provavelmente devido ao esgotamento de seus recursos minerais. Em 2010, a atividade se mantém dispersa no território brasileiro.

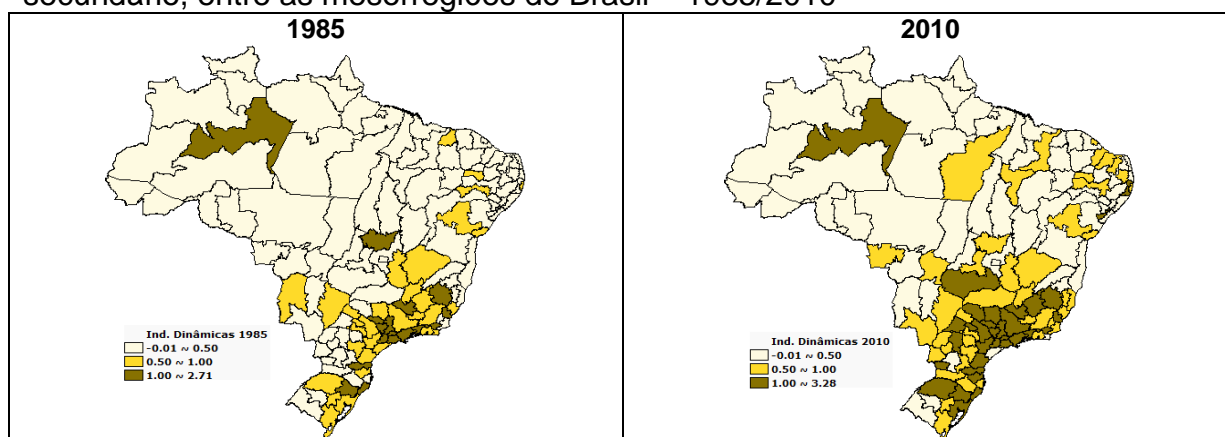
Figura 2: O Perfil do Quociente Locacional da Extração Mineral – setor secundário, entre as mesorregiões do Brasil – 1985/2010



Fonte: Resultados da pesquisa

As indústrias dinâmicas são aquelas caracterizadas pelo uso intensivo de capital na sua produção, com alto investimento em pesquisa e tecnologia e utilização de pouca mão de obra. Neste âmbito, a Figura 3, também referente ao setor secundário, mostra que as mesorregiões que possuíam especialização na atividade das indústrias dinâmicas nos dois anos analisados se localizavam concentradas no Sul e Sudeste, basicamente na faixa litorânea.

Figura 3: O Perfil do Quociente Locacional das Indústrias Dinâmicas – setor secundário, entre as mesorregiões do Brasil – 1985/2010

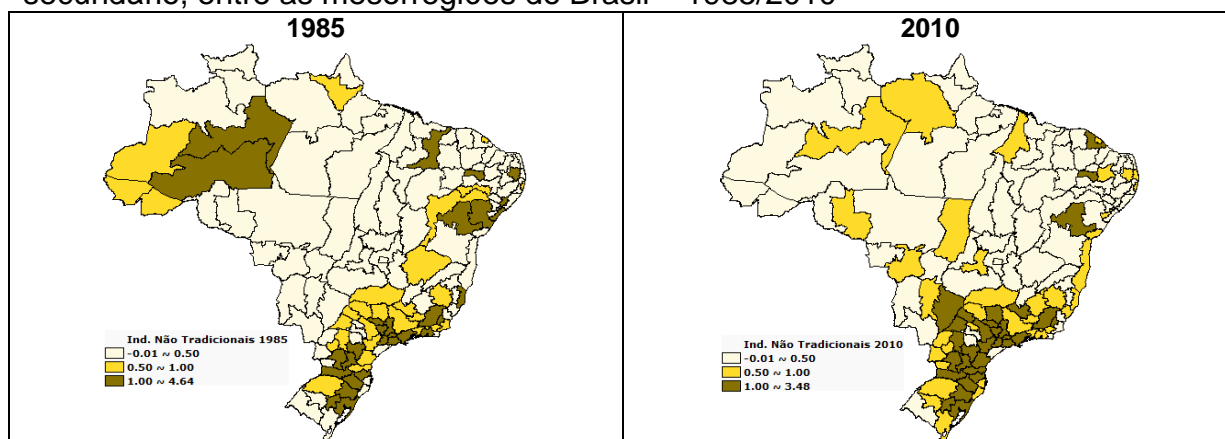


Fonte: Resultados da pesquisa

Conforme destaca Piffer (2009), as indústrias não tradicionais são um “meio-termo” entre as indústrias dinâmicas e tradicionais, pois se trata de empresas de uso mais intensivo de capital que a indústria tradicional e que tiveram a sua origem mais recente no processo de industrialização.

Neste sentido, também referente ao setor secundário, a Figura 4 aponta que as mesorregiões especializadas na atividade de indústrias não tradicionais, localizavam-se concentradas, assim como as indústrias dinâmicas, no Sul e Sudeste, com alguns pontos também no Norte e no Nordeste em 1985 e também no Nordeste em 2010.

Figura 4: O Perfil do Quociente Locacional das Indústrias Não Tradicionais – setor secundário, entre as mesorregiões do Brasil – 1985/2010



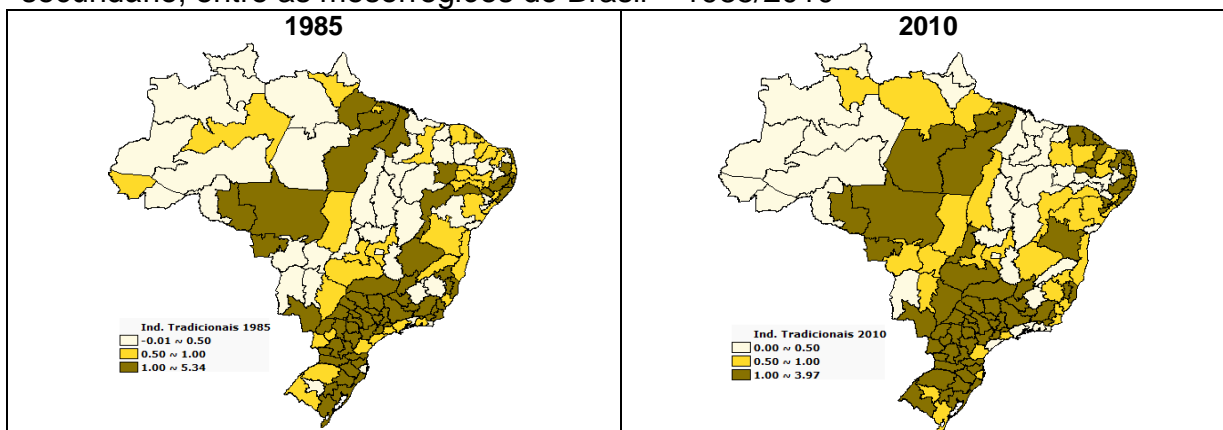
Fonte: Resultados da pesquisa

A Figura 5 traz as informações referentes à atividade de indústrias tradicionais, também pertencente ao setor secundário. Conforme destacam Alves, Ferrera de Lima e Souza (2010), quando se analisam as indústrias tradicionais deve-se levar em consideração que nesse tipo de indústria são classificados os ramos de atividades inerentes ao início do processo de industrialização e da primeira fase de substituição por importações brasileira. Nesse caso, trata-se dos bens de consumo não duráveis, caracterizados pelo uso intensivo de mão de obra na sua produção.

Conforme a Figura 5, percebe-se que as mesorregiões especializadas nessa atividade em 1985, se localizavam principalmente no Sul e Sudeste, com algumas

especializações também nas demais regiões (Norte, Nordeste e Centro-Oeste). Em 2010, essa distribuição das atividades permanece praticamente a mesma, porém o Centro-Oeste ganha importância e surgem novas mesorregiões especializadas. O crescimento da industrialização do Centro-Oeste está relacionado, em parte, com a expansão das empresas sediadas no Sudeste. Essa expansão resultou de formas ordenadas da exploração do cerrado (MATIAS, 2005).

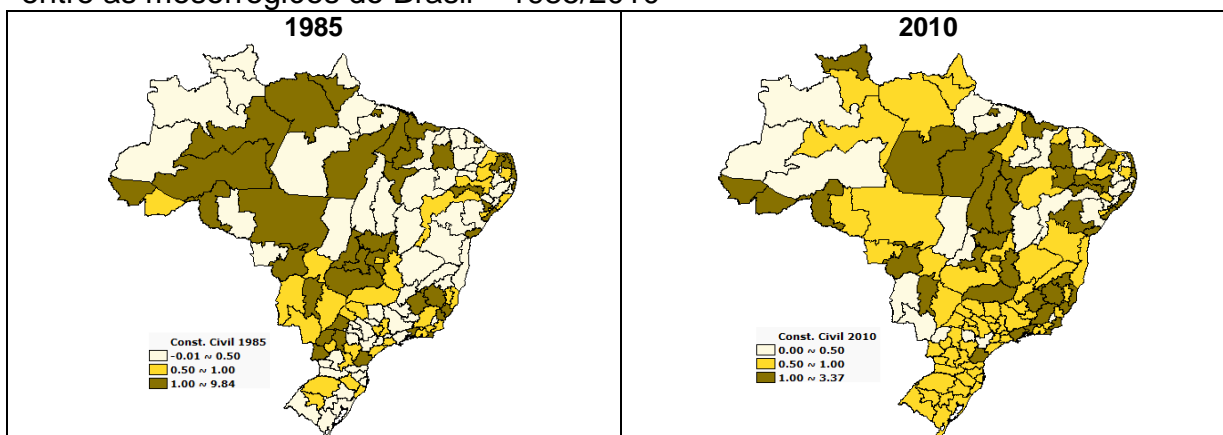
Figura 5: O Perfil do Quociente Locacional das Indústrias Tradicionais – setor secundário, entre as mesorregiões do Brasil – 1985/2010



Fonte: Resultados da pesquisa

Através das Figuras 3, 4 e 5, constata-se que as indústrias de modo geral apresentaram crescimento neste período, aumentando as mesorregiões especializadas neste setor. Este crescimento deve-se em parte pela estabilidade econômica vivida pelo país desde a década de 1990 que proporcionou grandes investimentos nestas atividades econômicas. Mas, além disso, o final do século XX marcou consideráveis transformações no desenvolvimento capitalista que, aliadas ao processo de abertura econômica constituíram uma nova dinâmica espacial das atividades que precisavam buscar a localização de menor custo para que assim fossem mais competitivas tanto no mercado interno quanto externo (MOTIM; FIRKOWSKI; ARAÚJO, 2002).

Figura 6: O Perfil do Quociente Locacional da Construção Civil – setor secundário, entre as mesorregiões do Brasil – 1985/2010



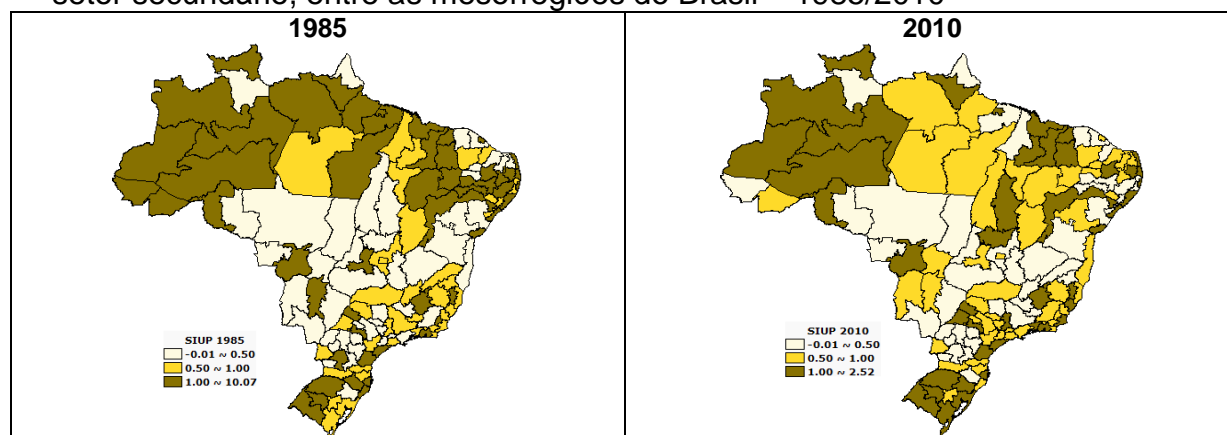
Fonte: Resultados da pesquisa

Ainda em relação ao setor secundário, referente à construção civil, a Figura 6 aponta que, nos dois anos, a localização das mesorregiões especializadas nessa atividade era bem dispersa no território brasileiro. Conforme a Figura, em 1985, visualiza-se que as mesorregiões especializadas se localizavam mais fortemente nas regiões Norte e Centro-Oeste. Já em 2010, o Norte perde representatividade e o Sudeste aumenta um pouco sua importância.

A última atividade do setor secundário é o Serviço Industrial de Utilidade Pública, apresentado pela Figura 7. Dentre os serviços industriais de utilidade pública estão: a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; produção e distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado; captação, tratamento e distribuição de água; esgoto e atividades relacionadas; coleta de resíduos; tratamento e disposição de resíduos; recuperação de outros materiais não especificados anteriormente e descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos (OLIVEIRA; ROMANATTO e CAMARGOS, 2010).

A Figura 7 revela que em 1985 essa atividade era levemente concentrada nas regiões Norte e Nordeste, sendo que as demais regiões também tinham mesorregiões especializadas. Já em 2010, o Norte e Nordeste perdem representatividade nesta atividade e o Sul, particularmente o estado do Rio Grande do Sul, ganha importância.

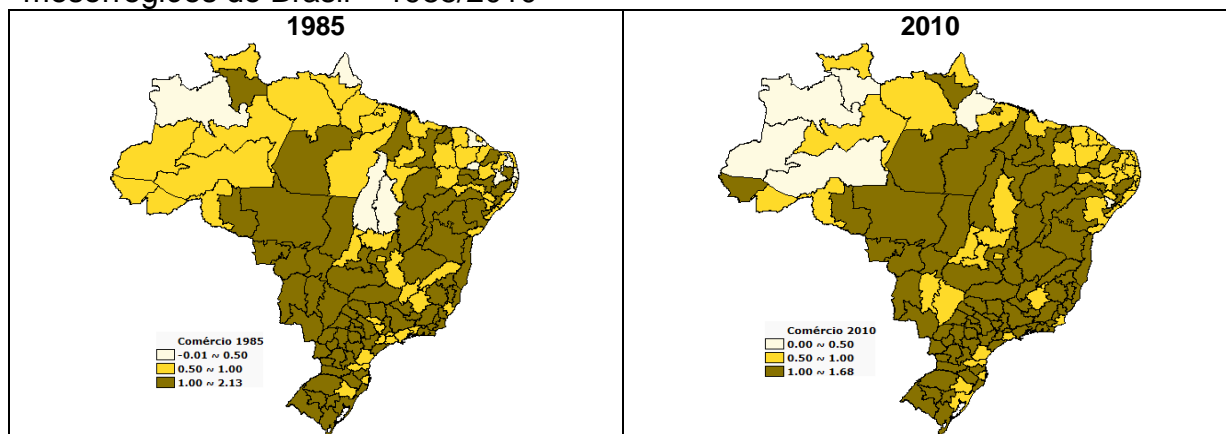
Figura 7: O Perfil do Quociente Locacional do Serviço Industrial de Utilidade Pública – setor secundário, entre as mesorregiões do Brasil – 1985/2010



Fonte: Resultados da pesquisa

A Figura 8 apresenta a performance do Quociente Locacional para a atividade do comércio, do setor terciário. De acordo com a Figura, tanto no ano inicial quanto no ano final, grande parte das mesorregiões brasileiras possuía especialização na atividade, elas se localizavam principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, enquanto as regiões Norte e Nordeste se apresentam com menos importância nesta atividade.

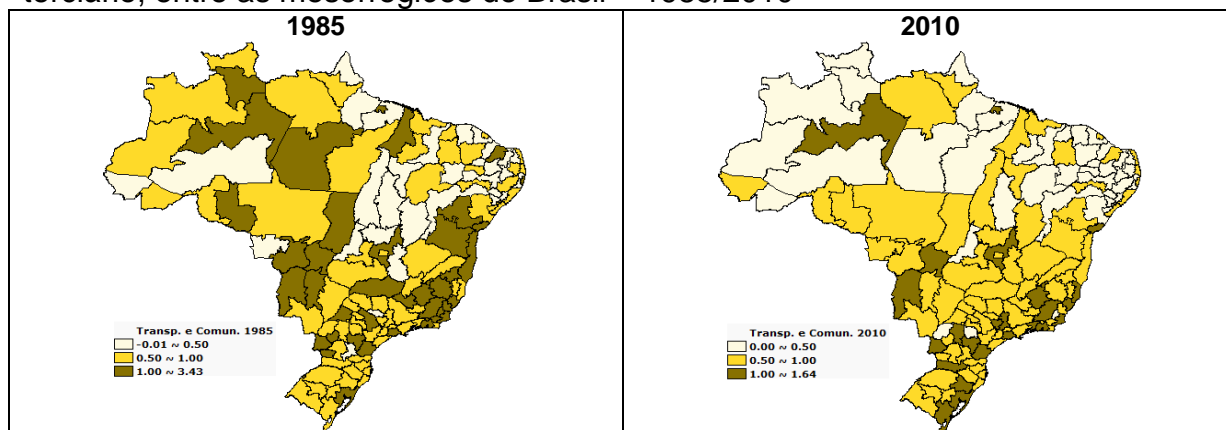
Figura 8: O Perfil do Quociente Locacional do Comércio – setor terciário, entre as mesorregiões do Brasil – 1985/2010



Fonte: Resultados da pesquisa

A distribuição espacial da especialização da atividade de transporte e comunicação, apresentada na Figura 9, também pertencente ao setor terciário, mostra que no primeiro ano analisado, a atividade se localizava de maneira dispersa entre as regiões, com pontos de especialização em todas as grandes regiões. Já no ano de 2010, percebe-se uma leve concentração em algumas regiões: Sul e Sudeste. Nota-se, através dos mapas, que o número de mesorregiões especializadas nesta atividade reduziu, ou seja, essa atividade perdeu representatividade em âmbito de Brasil.

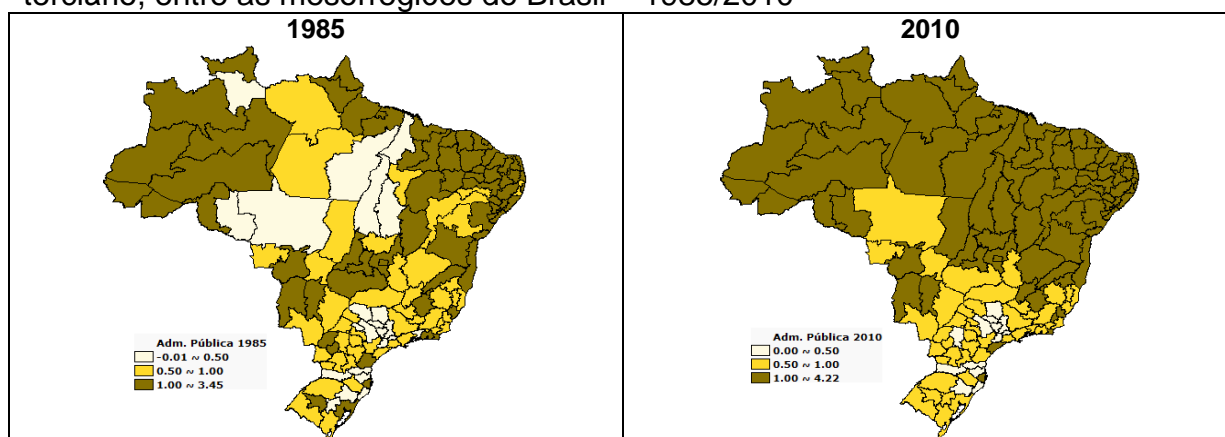
Figura 9: O Perfil do Quociente Locacional do Transporte e Comunicação – setor terciário, entre as mesorregiões do Brasil – 1985/2010



Fonte: Resultados da pesquisa

Conforme pode ser visualizado na Figura 10, referente à atividade de administração pública do setor terciário, no primeiro ano, essa atividade já era concentrada principalmente no Nordeste e no Norte, e em parte no Centro-Oeste. No último ano, essa concentração se torna mais visível ainda. Percebe-se que todas as mesorregiões das regiões Norte e Nordeste são especializadas em administração pública, enquanto que o Sul e Sudeste se apresentam, quase totalmente, como não especializados.

Figura 10: O Perfil do Quociente Locacional da Administração Pública – setor terciário, entre as mesorregiões do Brasil – 1985/2010



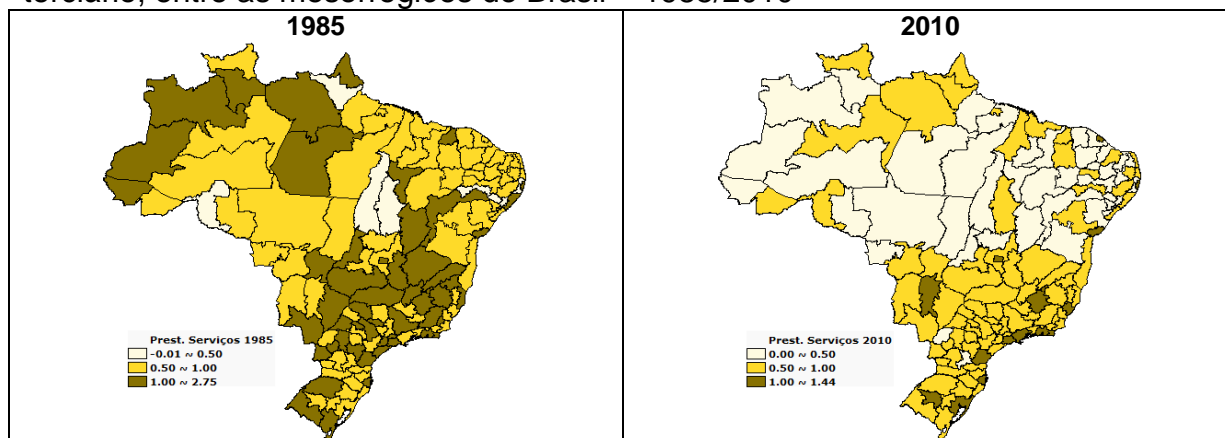
Fonte: Resultados da pesquisa

A administração pública é, em sentido formal, o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade (MEIRELLES, 2004).

Nesse sentido, a administração pública são os órgãos ou instituições, de níveis municipal, estadual ou federal, que agem em função dos objetivos do Governo para a satisfação das necessidades da sociedade e promoção do bem estar geral. Deste modo, duas razões explicam a concentração espacial desta atividade nas regiões Norte e Nordeste no ano 2010: a primeira delas deve-se ao fato de que estas regiões são as mais pobres do país e por isso necessitam de uma maior atuação das políticas sociais do governo; a segunda refere-se ao fato de que muitas cidades destas regiões não possuem especialização em outras atividades e por isso a gestão pública dos municípios, do Estado e da federação emprega grande parte da mão de obra destes, fazendo com que estas cidades se especializem nesta atividade.

A Figura 11 revela o perfil locacional da atividade de prestação de serviços, também referente ao setor terciário. Como pode ser visualizado na Figura, em 1985, essa atividade localizava-se principalmente no Sul e Sudeste, seguido do Centro-Oeste e Norte. Já em 2010, visualiza-se facilmente que o número de mesorregiões especializadas na prestação de serviços se reduz muito. Uma característica a ser notada é que no último ano, esta atividade não possui um perfil de localização por região, ou seja, esta atividade não se concentra especificamente em uma ou outra região. Porém, existe uma particularidade: a maioria das mesorregiões especializadas nesta atividade em 2010 é metropolitana; os dados mostram que das nove mesorregiões que permaneceram especializadas nos dois anos estudados, seis são mesorregiões metropolitanas. Essas mesorregiões metropolitanas, não são especializadas apenas nesta atividade, mas também em outras atividades, principalmente do setor secundário e terciário. As mesorregiões metropolitanas que são especializadas em prestação de serviços em 1985 e 2010 são: Metropolitana de Belo Horizonte, Metropolitana de Curitiba, Metropolitana de Recife, Metropolitana de Salvador, Metropolitana de São Paulo e Metropolitana do Rio de Janeiro.

Figura 11: O Perfil do Quociente Locacional da Prestação de Serviços – setor terciário, entre as mesorregiões do Brasil – 1985/2010



Fonte: Resultados da pesquisa

Sendo assim, cabe dizer que a atividade de prestação de serviços, no último ano, é característica de mesorregiões multiespecializadas⁶. Essa característica tende a se tornar cada vez mais frequente, uma vez que apenas as mesorregiões mais “desenvolvidas” em pesquisa e tecnologia tem condições de oferecer serviços mais especializados, como: especialistas na área da saúde; educação de alto nível (doutorado, pós doutorado etc.); serviços de lazer de alto luxo, entre outros. Deste modo, essas mesorregiões se tornam “centros atrativos”, e a população das demais regiões tende a se descolar para esses “centros” à procura destes serviços especializados.

Esta tendência ocorre não só no Brasil mas também em outros países desenvolvidos e em desenvolvimento, principalmente a partir da década de 1990, em que uma nova espécie de reestruturação e de divisão internacional do trabalho se desenvolveu, devido às mudanças tecnológicas baseadas nas formas flexíveis de organização do trabalho e dos processos produtivos, que necessitavam de uma mão-de-obra mais qualificada, tendo em vista que o trabalho mais barato e menos qualificado não mais mostrava vantagens comparativas. Neste sentido, o movimento de internacionalização do capital começou a procurar economias que oferecessem serviços especializados mais sofisticados, causando consideráveis transformações na estrutura produtiva das regiões e acentuando a especialização no setor de serviços (KON, 2006).

Em suma, nota-se que o território brasileiro está reorganizando-se sobre os aspectos econômico-espaciais. Isto pode ter ocorrido graças aos progressos da ciência e da técnica e à circulação acelerada de informações que geram as condições materiais e imateriais para aumentar a especialização do trabalho nos lugares. Nesta dinâmica moderna, os territórios precisam oferecer aptidões específicas à produção, criando uma nova divisão territorial (mudança espacial), constituída na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já ocupadas (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

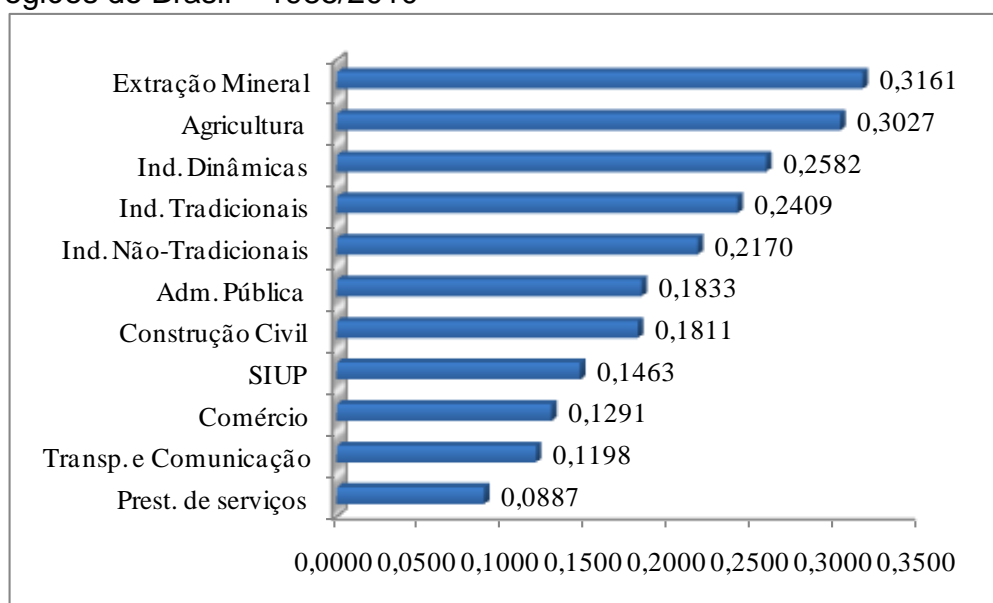
⁶ Multiespecialização é interpretada pela aptidão de uma região produzir e exportar diversos bens e serviços. Enquanto que, mono especialização é a característica de possuir especialização em uma, no máximo duas, culturas (bens e/ou serviços), isto é, possuir uma estrutura produtiva voltada a uma única atividade.

Redistribuição espacial das atividades econômicas entre as mesorregiões do Brasil

Quando se analisa a distribuição espacial dos setores econômicos entre as 137 mesorregiões do Brasil, o coeficiente de redistribuição mostra quais foram as mudanças espaciais, tanto no sentido de concentração quanto de dispersão, no período de 1985 e 2010.

Neste sentido, de acordo com o Gráfico 1, as atividades que mais se redistribuíram espacialmente são: extração mineral, agricultura, indústrias dinâmicas e indústrias tradicionais.

Gráfico 1 – Coeficiente de Redistribuição das atividades econômicas entre as mesorregiões do Brasil – 1985/2010



Fonte: Resultados da Pesquisa

As Tabelas 1, 2, 3 e 4 a seguir mostram a distribuição espacial do número de empregados das atividades que apresentaram as maiores mudanças entre os anos de 1985 e 2010.

A Tabela 1 mostra a participação das vinte mesorregiões que mais concentravam empregos na atividade de extração mineral.

De acordo com a Tabela 1, percebe-se que esta atividade tem um caráter bastante concentrador, uma vez que em 1985, as primeiras vinte maiores mesorregiões, em termos de emprego formal, correspondiam a 72,84% do total destes do Brasil nesta atividade. A extração mineral passou por um processo de dispersão do ano inicial para o final, pois a participação das vinte mesorregiões que mais empregavam na atividade diminuiu para 68,37% em 2010.

Percebe-se uma pequena mudança entre as primeiras posições do *ranking*, como por exemplo: o Sul Catarinense perde participação em 2010, enquanto o Norte Fluminense ganha representatividade. Porém, em geral mantêm-se quase a mesma hierarquia das primeiras mesorregiões que mais empregam nesta atividade nos dois anos. Assim, nota-se que doze dessas vinte mesorregiões permaneceram na lista nos dois anos analisados. Isto deve-se ao fato de que esta atividade é extremamente ligada às fontes de matérias-primas fazendo com que apenas as mesorregiões que tenham recursos minerais se destaquem na atividade.

Tabela 1 – Distribuição espacial do número de empregados da extração mineral – 1985/2000

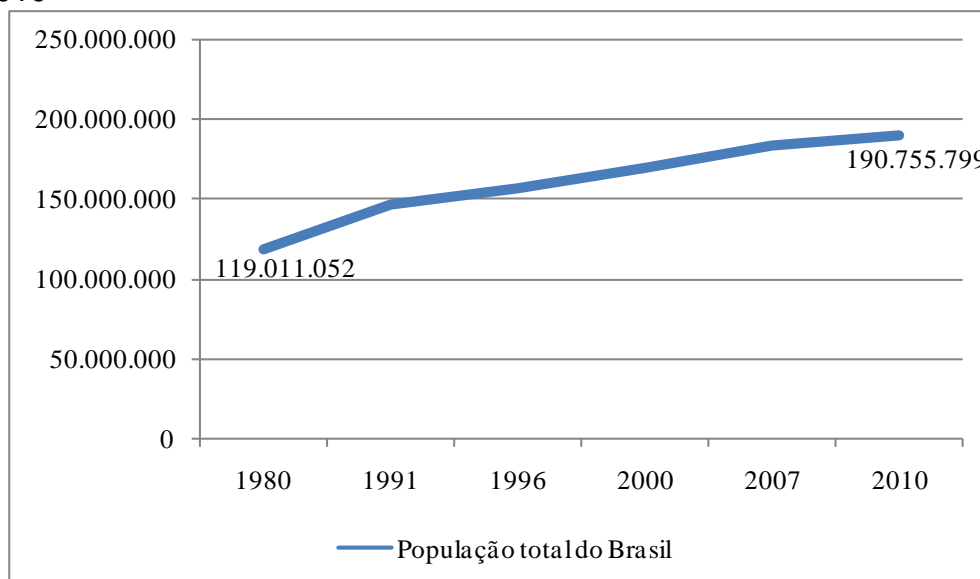
EXTRAÇÃO MINERAL					
1985			2010		
Mesorregiões	Nº empregados	Participação %	Mesorregiões	Nº empregados	Participação %
Metropolitana de Belo Horizonte*	27.970,00	17,89%	Metropolitana de Belo Horizonte*	31.672,00	15,00%
Sul Catarinense*	13.781,00	8,82%	Norte Fluminense*	27.074,00	12,82%
Central Espírito-Santense*	11.313,00	7,24%	Metropolitana do Rio de Janeiro*	11.648,00	5,51%
Metropolitana do Rio de Janeiro*	8.406,00	5,38%	Sudeste Paraense*	10.977,00	5,20%
Metropolitana de São Paulo*	6.991,00	4,47%	Metropolitana de São Paulo*	7.775,00	3,68%
Norte Fluminense*	6.347,00	4,06%	Central Espírito-Santense*	6.197,00	2,93%
Centro Norte Baiano*	5.081,00	3,25%	Oeste Potiguar	6.057,00	2,87%
Centro Amazonense	3.798,00	2,43%	Sul/Sudoeste de Minas*	4.902,00	2,32%
Metropolitana de Salvador*	3.184,00	2,04%	Metropolitana de Salvador*	4.575,00	2,17%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	3.151,00	2,02%	Sul Catarinense*	4.461,00	2,11%
Madeira-Guaporé	3.055,00	1,95%	Leste Sergipano	4.413,00	2,09%
Metropolitana de Porto Alegre	2.832,00	1,81%	Metropolitana de Curitiba*	4.136,00	1,96%
Centro Sul Baiano	2.637,00	1,69%	Centro Norte Baiano*	4.092,00	1,94%
Central Potiguar	2.566,00	1,64%	Noroeste Espírito-Santense	2.802,00	1,33%
Sul/Sudoeste de Minas*	2.433,00	1,56%	Oeste de Minas	2.732,00	1,29%
Metropolitana de Belém	2.274,00	1,45%	Noroeste de Minas	2.412,00	1,14%
Sudeste Paraense*	2.146,00	1,37%	Norte Goiano*	2.214,00	1,05%
Baixo Amazonas	2.021,00	1,29%	Vale do Paraíba Paulista	2.177,00	1,03%
Norte Goiano*	1.957,00	1,25%	Centro Goiano	2.051,00	0,97%
Metropolitana de Curitiba*	1.913,00	1,22%	Sul Espírito-Santense	2.045,00	0,97%
Total das 20 mesos	113.856,00	72,84%	Total das 20 mesos	144.412,00	68,37%
Total das mesos/Brasil	156.314,00	100,00%	Total das mesos/Brasil	211.216,00	100,00%

Fonte: Resultados da pesquisa

* Mesorregiões que permaneceram na lista das vinte que mais empregavam nesta atividade em todos os anos.

Além disso, pode-se visualizar através da Tabela que o número de empregados da extração mineral praticamente dobrou no período. No entanto, este crescimento é proporcional ao crescimento populacional do Brasil de 1980 a 2010, conforme mostra o Gráfico 2, indicando que esta atividade não apresentou crescimento significativo no número de empregados.

Gráfico 2 – População residente total do Brasil (em milhões de habitantes) – 1980/2010



Fonte: IBGE (2012), elaborado pelos autores

A Tabela 2, por sua vez, mostra que a atividade da agricultura sofreu um processo de dispersão ao longo dos anos.

Tabela 2 – Distribuição espacial do número de empregados da agricultura – 1985/2000

AGRICULTURA					
1985			2010		
Mesorregiões	Nº empregados	Participação %	Mesorregiões	Nº empregados	Participação %
Ribeirão Preto*	31.371	9,41%	Sul/Sudoeste de Minas*	59.326	4,21%
Bauru*	21.821	6,54%	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba*	57.298	4,06%
Sul/Sudoeste de Minas*	13.763	4,13%	Ribeirão Preto*	44.980	3,19%
Mata Pernambucana*	10.902	3,27%	Sul Goiano	42.892	3,04%
Araraquara*	10.853	3,25%	Campinas*	42.428	3,01%
Campinas*	10.783	3,23%	Bauru*	38.241	2,71%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba*	8.996	2,70%	Norte Mato-Grossense	37.339	2,65%
Assis*	8.929	2,68%	São José do Rio Preto*	31.200	2,21%
Metropolitana de São Paulo	8.753	2,62%	Sul Baiano*	28.414	2,02%
Piracicaba	8.488	2,54%	Itapetininga	25.646	1,82%
Metropolitana de Belo Horizonte*	6.880	2,06%	Assis*	24.924	1,77%
Norte Pioneiro Paranaense	6.759	2,03%	Metropolitana de Belo Horizonte*	22.144	1,57%
Norte Central Paranaense	6.687	2,00%	Norte de Minas	21.187	1,50%
Metropolitana de Fortaleza	6.465	1,94%	Sudeste Mato-Grossense	21.020	1,49%
Metropolitana do Rio de Janeiro	5.966	1,79%	Araraquara*	20.494	1,45%
Leste Alagoano	5.958	1,79%	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	20.295	1,44%
São José do Rio Preto*	5.895	1,77%	Zona da Mata*	20.211	1,43%
Zona da Mata*	5.697	1,71%	Macro Metropolitana Paulista	20.060	1,42%
Sul Baiano*	5.586	1,67%	Mata Pernambucana*	19.589	1,39%
Oeste Catarinense	5.321	1,60%	Leste de Mato Grosso do Sul	19.379	1,37%
Total das 20 mesos	195.873	58,73%	Total das 20 mesos	617.067	43,78%
Total das mesos/Brasil	333.542	100,00%	Total das mesos/Brasil	1.409.597	100,00%

Fonte: Resultados da pesquisa

* Mesorregiões que permaneceram na lista das vinte que mais empregavam nesta atividade em todos os anos.

As vinte mesorregiões que mais concentravam empregados formais nessa atividade em 1985 representavam 58,73% do total dos empregados formais do Brasil nessa atividade, sendo que essa participação diminuiu para 43,78% em 2010. Deste modo, as mesorregiões que mais concentravam mão de obra nessa atividade perderam participação, isto quer dizer que as outras mesorregiões do Brasil aumentaram sua participação em relação ao Brasil, conseqüentemente esta atividade se dispersou ao longo do período.

Também conforme a Tabela 2, visualiza-se que doze mesorregiões do rol das mesorregiões que mais concentravam empregados nessa atividade permaneceram as mesmas nos dois anos analisados, sendo que o restante são mesorregiões que ganharam destaque neste rol em um dos dois anos ou que perderam destaque e deixaram de participar deste rol, como por exemplo o Sul Goiano que não aparece na lista em 1985 mas em 2010 se apresenta em uma das primeiras posições.

Ainda na Tabela 2, pode-se visualizar o quanto a atividade da agricultura cresceu no Brasil desde 1985 quando havia 333.542 empregados formais nesta atividade. Já em 2010, o número de empregados atinge 1.409.597, pouco mais de quatro vezes mais do que o valor inicial, crescimento este superior ao crescimento populacional do Brasil, isto é, apesar do crescimento populacional, a atividade da agricultura cresceu muito no país nestas décadas analisadas, significando que o Brasil ainda tem uma base econômica fortemente ligada ao setor primário. Este aumento do número de empregados formais deve-se em parte pela expansão da

fronteira agrícola, que implica em maior contratação de pessoas nos diversos ramos do setor primário.

As mudanças no número de empregados na atividade das indústrias dinâmicas são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição espacial do número de empregados das indústrias dinâmicas – 1985/2000

INDÚSTRIAS DINÂMICAS					
1985			2010		
Mesorregiões	Nº empregados	Participação %	Mesorregiões	Nº empregados	Participação %
Metropolitana de São Paulo*	983.749,00	40,56%	Metropolitana de São Paulo*	743.549,00	20,99%
Metropolitana do Rio de Janeiro*	197.390,00	8,14%	Campinas*	200.132,00	5,65%
Campinas*	113.555,00	4,68%	Metropolitana de Belo Horizonte*	189.572,00	5,35%
Metropolitana de Belo Horizonte*	108.963,00	4,49%	Macro Metropolitana Paulista*	167.995,00	4,74%
Metropolitana de Porto Alegre*	101.953,00	4,20%	Metropolitana do Rio de Janeiro*	151.859,00	4,29%
Macro Metropolitana Paulista*	85.456,00	3,52%	Metropolitana de Curitiba*	139.389,00	3,94%
Vale do Paraíba Paulista*	79.844,00	3,29%	Metropolitana de Porto Alegre*	132.827,00	3,75%
Metropolitana de Curitiba*	53.399,00	2,20%	Vale do Paraíba Paulista*	101.606,00	2,87%
Norte Catarinense*	46.454,00	1,92%	Piracicaba*	95.611,00	2,70%
Sul Fluminense*	45.402,00	1,87%	Nordeste Rio-Grandense*	93.648,00	2,64%
Metropolitana de Salvador*	44.026,00	1,82%	Centro Amazonense*	92.310,00	2,61%
Piracicaba*	40.900,00	1,69%	Norte Catarinense*	89.639,00	2,53%
Centro Amazonense*	38.519,00	1,59%	Sul/Sudoeste de Minas*	66.165,00	1,87%
Nordeste Rio-Grandense*	33.510,00	1,38%	Metropolitana de Salvador*	56.573,00	1,60%
Metropolitana de Recife*	33.373,00	1,38%	Ribeirão Preto*	54.208,00	1,53%
Vale do Rio Doce	25.309,00	1,04%	Vale do Itajai*	53.136,00	1,50%
Ribeirão Preto*	21.988,00	0,91%	Centro Goiano	48.677,00	1,37%
Araraquara	21.735,00	0,90%	Norte Central Paranaense	45.879,00	1,30%
Vale do Itajai*	19.887,00	0,82%	Metropolitana de Recife*	44.667,00	1,26%
Sul/Sudoeste de Minas*	18.976,00	0,78%	Sul Fluminense*	43.493,00	1,23%
Total das 20 mesos	2.114.388,00	87,17%	Total das 20 mesos	2.610.935,00	73,71%
Total das mesos/Brasil	2.425.497,00	100,00%	Total das mesos/Brasil	3.542.100,00	100,00%

Fonte: Resultados da pesquisa

* Mesorregiões que permaneceram na lista das vinte que mais empregavam nesta atividade em todos os anos.

De acordo com a Tabela 3, esta atividade também é bastante concentradora na questão de empregabilidade com destaque para a mesorregião Metropolitana de São Paulo. Em 1985, 87,17% do total de empregados do Brasil pertenciam as vinte mesorregiões que mais empregavam nesta atividade; esse percentual caiu para 73,71% no ano de 2010, indicando que a atividade das indústrias dinâmicas também se dispersou ao longo do período. O número de empregados do Brasil nesta atividade não chegou nem a dobrar de 1985 para 2010, aumentando de 2.425.497 no ano inicial para 3.542.100 no ano final, crescimento este também proporcional ao crescimento populacional do Brasil, porém muito relevante se considerarmos que esta atividade tem como característica o emprego de alta tecnologia e pouca mão de obra; por esta característica esta atividade é típica de grandes regiões com potencial tecnológico superior as demais regiões do Brasil. Além do mais, neste caso, dezoito mesorregiões se mantiveram as mesmas em todo o período entre as vinte que mais empregavam na atividade, ou seja, mesmo que a atividade apresentou um processo de dispersão, ainda assim permanece a hierarquia das mesorregiões que mais empregavam nesta atividade em 1985 e 2010.

Ainda nesta Tabela 3, é possível visualizar que, nos dois anos, a participação percentual das primeiras mesorregiões diminuiu, enquanto que das demais mesorregiões deste rol foram aumentando, ou seja, esta atividade está se desconcentrando de apenas algumas mesorregiões, porém a participação total das

vinte mesorregiões que mais concentravam empregados nesta atividade ainda é muito grande.

Tabela 4 – Distribuição espacial do número de empregados das indústrias tradicionais – 1985/2000

INDÚSTRIAS TRADICIONAIS					
1985			2010		
Mesorregiões	Nº empregados	Participação %	Mesorregiões	Nº empregados	Participação %
Metropolitana de São Paulo*	376.464,00	17,47%	Metropolitana de São Paulo*	325.656,00	9,02%
Metropolitana de Porto Alegre*	161.033,00	7,47%	Metropolitana de Porto Alegre*	169.421,00	4,69%
Metropolitana do Rio de Janeiro*	135.785,00	6,30%	Vale do Itajaí*	134.966,00	3,74%
Campinas*	79.470,00	3,69%	Metropolitana de Fortaleza*	123.229,00	3,41%
Ribeirão Preto*	73.140,00	3,39%	Metropolitana do Rio de Janeiro*	112.939,00	3,13%
Macro Metropolitana Paulista*	68.533,00	3,18%	Campinas*	108.461,00	3,00%
Vale do Itajaí*	64.224,00	2,98%	Norte Central Paranaense*	98.944,00	2,74%
Metropolitana de Recife	61.468,00	2,85%	Ribeirão Preto*	94.582,00	2,62%
Mata Pernambucana	57.488,00	2,67%	Leste Alagoano*	87.798,00	2,43%
Metropolitana de Belo Horizonte*	51.508,00	2,39%	Oeste Catarinense*	81.087,00	2,25%
Metropolitana de Fortaleza*	51.207,00	2,38%	Metropolitana de Belo Horizonte*	80.126,00	2,22%
Norte Catarinense*	45.829,00	2,13%	Norte Catarinense*	68.579,00	1,90%
Nordeste Rio-Grandense*	43.690,00	2,03%	Macro Metropolitana Paulista*	67.779,00	1,88%
Metropolitana de Curitiba*	37.731,00	1,75%	Centro Goiano	67.607,00	1,87%
Bauru	36.963,00	1,72%	Zona da Mata*	63.807,00	1,77%
Leste Alagoano*	35.969,00	1,67%	Sul/Sudoeste de Minas	61.674,00	1,71%
Oeste Catarinense*	33.486,00	1,55%	Nordeste Rio-Grandense*	61.592,00	1,71%
Piracicaba	32.927,00	1,53%	São José do Rio Preto	60.572,00	1,68%
Norte Central Paranaense*	30.856,00	1,43%	Metropolitana de Curitiba*	60.243,00	1,67%
Zona da Mata*	30.392,00	1,41%	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	59.988,00	1,66%
Total das 20 mesos	1.508.163,00	69,99%	Total das 20 mesos	1.989.050,00	55,09%
Total das mesos/Brasil	2.154.761,00	100,00%	Total das mesos/Brasil	3.610.257,00	100,00%

Fonte: Resultados da pesquisa

* Mesorregiões que permaneceram na lista das vinte que mais empregavam nesta atividade em todos os anos.

A Tabela 4 apresenta as mudanças espaciais no número de empregados das indústrias tradicionais. Conforme apresentado na Tabela, a atividade das indústrias tradicionais também apresentou uma dispersão espacial nas vinte mesorregiões com maior número de empregados formais nesta atividade que passaram de uma participação de 69,99% em 1985 para 55,09% em 2010. Em relação a esta atividade, dezesseis das vinte mesorregiões permaneceram no rol em todo o período, enquanto outras entraram ou saíram deste rol. Deste modo, assim como as indústrias dinâmicas, apesar da dispersão da atividade, as mesorregiões que mais empregam permanecem as mesmas neste rol.

Referente ao número de empregados do Brasil, este aumentou de 2.154.761 em 1985 para 3.610.257, novamente não atingindo nem o dobro de empregados do ano inicial, apresentando um crescimento apenas proporcional – e não maior, que o crescimento populacional no Brasil. Esta atividade engloba produtos (bens) como vestuário, alimentos, bebidas, calçados, móveis etc., que são bens de consumo, em sua maioria não-duráveis, que variam geralmente conforme a demanda do aumento populacional e não da renda. Deste modo, esta atividade possui como característica o emprego de mais mão de obra em mesorregiões onde a população é maior; mas, esta não é necessariamente uma regra, pois pode haver mesorregiões que empregam e produzem bastante nesta atividade e que exportam seus produtos para outras mesorregiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho analisou a localização (distribuição) espacial das atividades econômicas entre as mesorregiões brasileiras em 1985 e 2010, assim como a dispersão ou concentração (redistribuição) destas atividades neste período.

Em relação a distribuição espacial das atividades econômicas, os resultados mostraram que grande parte das mesorregiões brasileiras era especializada na atividade da agricultura, demonstrando que o país possui uma economia ainda dependente do setor primário. As atividades da extração mineral, construção civil e SIUP se localizam de maneira dispersa no território brasileiro. As indústrias dinâmicas, não tradicionais e tradicionais são concentradas principalmente nas regiões Sul e Sudeste. O comércio, assim como a agricultura está presente como especialização na maioria das mesorregiões brasileiras. A atividade de transporte e comunicação perde participação em âmbito nacional, se concentrando também no Sul e Sudeste. As mesorregiões especializadas em administração pública, por sua vez, estão localizadas principalmente no Norte e Nordeste, ou seja, a gestão pública local, estadual e federal são as que mais empregam nestas mesorregiões através de suas políticas públicas. E, por último a atividade de prestação de serviços não tem um padrão locacional específico, sendo característica das mesorregiões multiespecializadas, isto é, a maioria das mesorregiões que possuem especialização nesta atividade são as mesorregiões metropolitanas, que se destacam em grande parte das atividades do setor secundário e terciário, sendo as mais diversificadas.

Constatou-se também que as atividades que apresentaram os maiores coeficientes de redistribuição são: extração mineral, agricultura, indústrias dinâmicas e indústrias tradicionais. Sendo que, todas elas demonstraram um caráter de dispersão de 1985 para 2010. Além do mais, a única atividade que teve um crescimento significativo em seu número de empregados é a agricultura, que cresceu em torno de quatro vezes no período, enquanto que o crescimento no número de empregados das atividades de extração mineral, indústrias dinâmicas e tradicionais foi apenas proporcional ao aumento populacional do país.

Assim, foi possível verificar diferenças no padrão espacial de cada atividade, assim como disparidades entre as estruturas produtivas das mesorregiões brasileiras, tornando umas mais dinâmicas que as outras. Percebeu-se também, que o Estado (administração pública) deve atuar de forma mais decisiva no mercado regional e local das mesorregiões menos favorecidas (Norte e Nordeste, principalmente) para fortalecer e expandir postos de trabalho através de políticas públicas que promovam impulsos de novas atividades econômicas nestas regiões; a fim de estimular investimentos privados e conseqüentemente a geração de emprego, riqueza e renda, propiciando o crescimento e desenvolvimento das mesmas.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; SOUZA, C. C. G. **Distribuição Espacial das atividades econômicas entre as mesorregiões do Brasil: 1970 e 2000.** In: Anais da VIII ENABER, 2010, Juiz de Fora.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI.** São Paulo: Hucitec, 1999.

CLEMENTE, A. **Economia Regional: introdução à economia do espaço geográfico.** Curitiba, PR: Scientia Et. Labor, 1987.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e Desenvolvimento Regional.** São Paulo, SP: Atlas, 2000.

DELGADO, A. P.; GODINHO, I. M. **Medidas de localização das actividades e de especialização regional.** In: COSTA, J. S. (Coord.). *Compêndio de Economia Regional.* Lisboa: APDR, p. 723-742, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados macrorregionais de população.** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em: mai. 2012.

KON, A. **Mudanças recentes no perfil da distribuição ocupacional da população brasileira.** Revista Brasileira de Estudos de População. Vol.23, núm. 2, São Paulo, Julho/Dezembro, 2006.

MARTINS, G. A. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MATIAS, V. R. S. **Organização produtiva recente do território brasileiro a partir da indústria e agricultura e suas implicações na distribuição da população.** *Caminhos de Geografia*, Vol.1(14), p.1-10, Fevereiro, 2005.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro.** 29 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MOTIM, B. M. L.; FIRKOWSKI, O. L. C. F.; ARAÚJO, S. M. P. **Desconcentração da indústria brasileira e seus efeitos sobre os trabalhadores da indústria automobilística no Paraná.** *Scripta Nova.* Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 119 (88), Agosto, 2002.

OLIVEIRA, D. V.; ROMANATTO, E.; CAMARGOS, R. M.. **Perfil do trabalho na indústria goiana segundo os dados da RAIS – algumas comparações entre 2005 e 2008.** *Conjuntura Econômica Goiana*, número 13, março de 2010, p. 24-30. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sep/sep/pub/conj/conj13/artigo03.pdf>>. Acesso em: Outubro 2012.

PIFFER, M. **A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do Estado do Paraná no final do século XX.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. **Dados estatísticos secundários.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/>. Acesso em: ago. 2012.

RICHARDSON, H. W. **Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional.** Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L.S. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividades física**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Recebido: 04/02/2013 Aprovado:27/03/2014